

Aprovo o presente caderno de encargos
O Presidente da Câmara Municipal
(Dr. Domingos Bragança)

CADERNO DE ENCARGOS

ESPECIALIDADES RELATIVAS AO PROJETO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO EB2/3 JOÃO DE MEIRA

CADERNO DE ENCARGOS BENS E SERVIÇOS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. É objeto do presente contrato a aquisição de Serviços para a Elaboração das **Especialidades relativas ao “Projeto do Pavilhão Gimnodesportivo EB2/3 João de Meira”**, sito na freguesia da Costa, Guimarães, de acordo com os documentos pré-contratuais, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços.

Cláusula 2.ª

Partes

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

Cláusula 3.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.
2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.ª

Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é o Arqt Filipe Silva, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.

3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.
4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

Cláusula 5.ª

Prazo e plano de execução

1. O prazo de execução do contrato é **70 dias (setenta dias)**, de acordo com as condições especiais descritas neste caderno de encargos.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo um plano de execução da prestação de serviços nas condições especiais deste caderno de encargos.

Cláusula 6.ª

Obrigações do adjudicatário

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras aquilo a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;
- j) Colaborar com o gestor do contrato;
- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a que

os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;

- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

Cláusula 7.ª

Subcontratação

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

- 1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
- 2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
- 3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
- 4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
- 5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
- 6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer outro fundamento.

Cláusula 9.ª

Procedimentos para pagamento

- 1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.
- 2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.
- 3. Depois de certificado o cumprimento, as faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de trinta dias.

4. Método de pagamento: Após conclusão dos trabalhos/entrega dos bens (de acordo com as cláusulas técnicas especiais);

Cláusula 10.ª

Obrigações do contraente público

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.
3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

Cláusula 11.ª

Modificações objetivas

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º, 438.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

Cláusula 12.ª

Sanções contratuais

1. Caso o adjudicatário incumpra as suas obrigações, será sujeito à aplicação das sanções contratuais que constam do artigo 329.º com as devidas adaptações.
2. Caso o cocontratante incumpra um prazo parcial do plano de execução, será sujeito a uma multa diária correspondente a metade do valor máximo previsto no número anterior, podendo ser essa sanção anulada no caso de ser cumprido o prazo final, e o incumprimento parcial não tenha causado prejuízo significativo ao contraente público.
3. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, a qual será feita mediante comunicação da qual conste a situação que consubstancia o incumprimento, e dará um prazo adequado para a respetiva resposta.
4. É aplicável ao presente contrato, com as devidas adaptações, e tendo em consideração os fornecimentos ou serviços complementares, o disposto no artigo 372.º, do Código dos Contratos

Públicos, e dessas disposições, especialmente o que corresponde à aplicação da sanção contratual aí prevista.

Cláusula 13.ª

Prazo de garantia

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é dois anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.
2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

Cláusula 14.ª

Resolução do contrato

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.
3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.

Cláusula 15.ª

Revogação do contrato

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

Cláusula 16.ª

Eficácia financeira

1. Nos casos em que o contrato esteja sujeito ao exercício dos poderes de fiscalização financeira prévia, pelo Tribunal de Contas, não será conferida eficácia financeira às disposições relativas ao pagamento do preço contratual, nos termos legais aplicáveis.
2. O disposto no número anterior implica que não sejam reconhecidas quaisquer obrigações por parte do contraente público antes da concessão de *Visto*, tanto no que diz respeito a pagamentos, seja na contagem de prazo para efeito de pagamento de juros.

Cláusula 17.ª

Dever de sigilo

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.
2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 18.ª

Lei aplicável

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.

Cláusula 19.ª

Foro competente

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Cláusulas especiais do caderno de encargos

Cláusula E1 – Preço base

O Preço base do presente procedimento é de **70.680,00 € (Setenta mil, seiscentos e oitenta euros + IVA)**.

Cláusula E2 - Conteúdo / Especialidades a realizar/ Elementos a apresentar

1. Os serviços objeto do Contrato correspondem ao desenvolvimento das **Especialidades relativas ao Projeto de do Pavilhão Gimnodesportivo da EB23 João de Meira, em Guimarães.**

2. Os serviços objeto do Contrato compreendem as seguintes fases:

- a) FASE 1 – **Anteprojecto** [AP];
- b) FASE 2 – **Projeto de Execução** [PE];
- c) FASE 3 – **Assistência Técnica** [AT].

3. FASE 1 – Anteprojecto

A elaboração desta fase, e de acordo com a portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, deve dar cumprimento ao disposto na portaria acima referida, bem como a preparação dos documentos dos processos de licenciamento junto das entidades competentes e a respetiva submissão.

A fase referida no número anterior só se considera concluída e passível de aprovação pela Câmara, após obtenção dos pareceres favoráveis e das autorizações emitidas por todas as entidades externas nos termos dos processos de licenciamento submetidos.

4. FASE 2 – Projeto de Execução

A elaboração desta fase corresponde ao desenvolvimento do Estudo Prévio aprovado na fase anterior pela Câmara, devendo:

- a) dar cumprimento ao disposto na Portaria 255/2023 de 7 de agosto, incluindo a elaboração da proposta de programação e execução das principais tarefas e fases da empreitada;
- b) ser constituído por um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável e deve integrar, para além do Projeto Geral de Arquitetura, todos os projetos das especialidades necessárias a uma correta execução, em obra, da proposta de solução aprovada na fase anterior pela Câmara;
- c) incluir uma estimativa orçamental fundamentada, não incluindo o valor do IVA, estimativa essa sujeita à atualização legal que ocorra nos termos previstos da lei, a qual será o preço base, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para lançamento da empreitada;
- d) criar as condições para garantir os processos de certificação de sustentabilidade ambiental e de eficiência energética, ver ponto 6 do Programa Preliminar-Anexo 2;

- e) criar as condições para que, no âmbito da empreitada, seja possível dar cumprimento às previsões do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, nomeadamente a utilização de, pelo menos, 10 % de materiais reciclados (ou de materiais que incorporem materiais reciclados), relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, ver ponto 6 do Programa Preliminar-Anexo 2;
- f) ser objeto de revisão final de projeto, por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, distinta do autor do mesmo, em resposta ao relatório de análise do projeto de execução a elaborar pela equipa indicada pelo Câmara para esse efeito, nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos;

Esta fase só se considera concluída após aprovação pela Câmara.

5. FASE 3 – Assistência Técnica

Os Projetistas têm o direito de exigir e a obrigação de garantir a assistência técnica necessária à boa execução da obra. As atividades relativas à assistência à obra são definidas pela Portaria 255/2023 de 7 de agosto, e deve:

- a) ser prestada durante a fase do procedimento de formação de contrato de empreitada e durante a execução da empreitada até à receção provisória da obra;
- b) incluir a presença nas reuniões que a Câmara entender necessárias, as quais poderão ter lugar nas suas instalações, no local da obra ou nas instalações de outras entidades envolvidas;
- c) incluir a produção de quaisquer peças, escritas ou desenhadas, necessárias à compreensão do projeto ou esclarecimento dessas dúvidas;
- d) incluir uma visita por semana, dentro do prazo de execução previsto da empreitada, sem custos para a Câmara;

6. Em cada fase apresentada, incluído na Memória Descritiva e Justificativa que a acompanha, devem ser relatados e discriminados os principais acontecimentos e atividades ocorridos no respetivo desenvolvimento e eventuais consequências nos resultados do projeto.

7. Elementos a apresentar:

a) Apoio à elaboração do Projeto de Arquitetura:

1. Elaboração de Mapas de Vãos à escala 1:20 e/ou 50 com pormenores à escala 1:5 e/ou 1:2 (verticais e horizontais) seguindo um modelo fornecido pelo Município.
2. Elaboração de Mapas de Móveis à escala 1:20 e/ou 50 com pormenores 1:5 (verticais e horizontais) seguindo um modelo fornecido pelo Município.
3. Elaboração de Mapa de Instalações Sanitárias e Balneários à escala 1:20 e/ou 50 com pormenores 1:5 seguindo um modelo fornecido pelo Município.
4. Estudo para a definição de equipamento desportivo e sistemas de fixação a aplicar nos recintos desportivos - Peças Desenhadas e Pormenores.

b) Imagens 3D (4 imagens na fase de Anteprojeto e 6 imagens na fase de Projeto de Execução)

c) Projeto de Estabilidade, e contenção periférica se necessário;

- d) Planta com a localização dos pontos de sondagem e tipo de ensaio geológico e geotécnico a realizar;
- e) Projeto de Instalações Hidráulicas: Rede Abastecimento de Água (incluindo rede de rega), Rede de drenagem de águas Residuais, Rede de Drenagens de águas Pluviais, Tratamento e Reaproveitamento de Águas, Rede de Rega, Tratamento de águas pluviais, residuais;
- f) Projeto de Condicionamento acústico;
- g) Projeto de Gás;
- h) Projeto de instalações elétricas, iluminação interior e exterior, incluindo estudo luminotécnico;
- i) Projeto de sistemas automáticos de segurança (intrusão e roubo, incêndios, videovigilância e gás;
- j) Projeto de ITED;
- k) Projeto de Instalações eletromecânicas de transporte vertical de Pessoas;
- l) Projeto de Gestão Técnica Centralizada;
- m) Projeto de comportamento térmico e pré-certificado energético em fase de projeto;
- n) Projeto de AVAC;
- o) Projeto de segurança contra riscos de incêndio ((aprovado e certificado de acordo com a regulamentação em vigor);
- p) Plano de segurança e saúde em fase de projeto;
- q) Plano de prevenção e gestão de resíduos da construção e demolição;
- r) Caderno de Encargos, indispensável à boa execução da obra (projeto global - arquitetura e especialidades);
- s) Medições (projeto global – arquitetura e especialidades), de acordo com **Anexo 6 ao presente caderno de encargos**, incluir o conteúdo do **anexo 5**;
- t) Orçamento (projeto global – arquitetura e especialidades), de acordo com **Anexo 6** dos Termos de referência, incluir o conteúdo do **anexo 5**;
- u) Declaração de justificação do preço base, de acordo com o ponto 3 do artigo 47º do CCP;
- v) Índice de todos os elementos do projeto (peças desenhadas e peças escritas);
- w) Compatibilização entre todos os projetos;

Clausula E3 – Número de exemplares

- . Original em papel e uma cópia
- . Um CD, (com formatos editáveis em dwg, word, xls e não editáveis em dwf e pdf), acompanhado de declaração de conformidade do digital com o papel.

Clausula E4 – Prazo de execução

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nas Cláusulas 7.ª a 9.ª, de acordo com as seguintes fases e prazos:

- a) **Anteprojeto** (Fase 1), no prazo de **30 (trinta) dias**, após a 1.ª reunião de acompanhamento a realizar no prazo de 15 dias da data de comunicação da adjudicação;

- b) **Projeto de Execução** (Fase 2), no prazo de **40 (quarenta) dias**, após a comunicação de aprovação do Anteprojeto.
- c) **Assistência Técnica** (Fase 3), desde a fase do procedimento de formação do Contrato, até à Receção Provisória da Obra de acordo com a Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, no âmbito das várias especialidades envolvidas, incluindo declarações de conformidade ou telas finais para efeitos de conclusão do processo de licenciamento.
2. Os prazos previstos no número anterior podem ser prorrogados por iniciativa do CMG., ou a requerimento do prestador de serviços, devidamente fundamentado e aprovado pela CMG.
3. Os prazos indicados são contados em dias seguidos de calendário.

Clausula E5 – Fases do projeto/Pagamento

1. O presente trabalho é dividido nas seguintes fases de execução do trabalho, nos seguintes termos:

- . Fase 1- Anteprojeto
- . Fase 2- Projeto de Execução
- . Fase 3- Assistência Técnica

2. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

- . Fase 1- Anteprojeto- 40 % do valor total adjudicado;
- . Fase 2- Projeto de Execução – 50 % do valor total adjudicado;
- . Fase 3- Assistência Técnica - 10% do valor total adjudicado, a pagar em 2 (duas parcelas), designadamente: a primeira, com a consignação da obra, correspondente a 3% do valor total adjudicado, e a segunda no final da obra, correspondente a 7% do valor total adjudicado.

3. O pagamento será efetuado após aprovação de cada fase pela Câmara Municipal de Guimarães.

4. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Guimarães, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção pela CMG, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

5. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a declaração de aceitação pela Câmara Municipal de Guimarães, ou 30 (trinta) dias após entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do Contrato, caso esta não tenha sido emitida, desde que por facto imputável à Câmara Municipal de Guimarães.

6. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Guimarães, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, num prazo não superior a 30 dias, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Clausula E6 – Observações

O Projetista prescinde dos direitos de autor e paternidade, em favor da autarquia.

Clausula E7– Prazos de entrega dos elementos

O prazo para a contagem do tempo inicia com a adjudicação. A não entrega, nos prazos definidos acima, poderá implicar a anulação do contrato nos termos do CCP e a indemnização ao município num valor até 15% do valor contratado.

O prazo suspende com a entrega válida das fases ou quando por comprovada falta de disponibilização de resposta por parte do município, seja solicitada pelo projetista.

Clausula E8 – Notas a observar (caso aplicáveis)

Os projetos deverão ser devidamente organizados e deverão conter, para além dos elementos escritos e gráficos necessários à correta organização, informação e leitura do projeto, planta de localização da área de intervenção, termo de responsabilidades dos técnicos autores do projeto (incluindo declaração de habilitação profissional da Ordem ou Associação Profissional, seguro profissional, fotografias da área de intervenção e identificação de toda a equipa projetistas envolvida no processo).

Considera-se concluída cada fase de projeto após a aprovação da mesma por todas as entidades a consultar, devendo a liquidação dos honorários de cada fase de projeto ocorrer após essa mesma aprovação;

Na elaboração do projeto terá de ser garantida a utilização de materiais sustentáveis, economicamente mais vantajosos e que respeitem as normas portuguesas e europeias.

Todas as peças que estejam sujeitas a revisões motivadas (ou não) por informação técnica, têm de conter a designação de REV., bem como, a data em que as mesmas foram alteradas;

Caso se venha a verificar a não prossecução do projeto para a fase de obra, nos termos do disposto na portaria 255/2023 de 7 de agosto, não há lugar ao pagamento do acompanhamento de obra, nos casos em que tal seja previsto.

Clausula E9 – Dever de Sigilo

Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.

A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.

O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

ANEXOS

Anexo 1 – Planta da Arquitetura

Anexo 2 - Programa Preliminar

Anexo 2A - Planta área intervenção

Anexo 2B – Ortofotomapa

Anexo 3 – Documento Instrução de Projetos

Anexo 4 – Documento Instrução Elétrico e Telecomunicações

Anexo 5 – Documento Instrução Telas Finais

Anexo 6 – Regras Medições

Anexo 7 – Exemplo Erros e Omissões